

PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DA LIBRAS EM ESCOLAS DE SURDOS

Karina Ávila Pereira

Universidade Federal de Pelotas

Sobre os profissionais Tradutores -Intérpretes

O que é possível noticiar sobre a profissão de tradutor de línguas de sinais remete-nos ao indício de que os primeiros trabalhos foram feitos de forma voluntária, e na medida em que os surdos foram conquistando seus espaços e exercendo suas cidadanias, ocupando lugares na sociedade, o trabalho de tradução começa a ganhar legitimidade e reconhecimento. Quadros (2004, p. 13) comenta que na medida que as línguas de sinais passaram a ser reconhecidas em diversos países e os surdos passaram a obter garantias de acesso e direitos linguísticos, o campo profissional dos tradutores passou a ser valorizado como profissão. Então, o processo de reconhecimento das línguas de sinais foi fundamental para o processo de reconhecimento dos tradutores.

Esses primeiros tradutores voluntários eram na sua maioria familiares de surdos que tinham o domínio da língua de sinais e, a partir disso, tentavam intermediar a comunicação entre língua oral e língua de sinais. Existem registros sobre a presença de tradutores em trabalhos religiosos na Suécia por volta de 1875. Quase cem anos depois, em 1968, o Parlamento decide que os surdos teriam acesso ao profissional intérprete. Decisão essa tomada após incessantes reivindicações da Associação Nacional de surdos. Surge então a necessidade de criação de cursos de qualificação para esses profissionais que a partir dessa data começam a funcionar. (QUADROS, 2004)

O histórico da trajetória dos tradutores de línguas de sinais é muito semelhante em diversos países. Nos Estados Unidos, no ano de 1964 uma organização nacional de intérpretes para surdos foi fundada para estabelecer algumas normas para o exercício desse profissional. Atualmente essa organização transformou-se no que chamamos de RID (Registry for Interpreters for the Deaf)¹ o qual possui a função de seleção, certificação, registro e promoção do código de ética, bem como ofertar qualificação e aperfeiçoamento para esses profissionais.

No Brasil, somente por volta da década de 80 é que se noticiou a presença de tradutores em trabalhos religiosos. Na mesma década, em 1988 houve o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, evento marcante para as discussões sobre a atuação,

¹ <http://www.rid.org/>

avaliação e ética desses profissionais. Esse grande evento foi organizado pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração do surdo) entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 1987, com o objetivo de realizar convênios para a inserção dos surdos no mercado de trabalho, assistência sócio-cultural e educacional, defesa e luta pelos direitos da comunidade surda brasileira.

Dessa forma, no ano de 1992 o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais aconteceu para dar continuidade às discussões referentes à prática de tradução, experiência e intercâmbio de intérpretes. Foi a partir da década de 90 que foram fundados unidades de intérpretes filiadas a FENEIS. São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife foram regiões onde as primeiras organizações de intérpretes tiveram lugar. (Quadros, 2004)

No ano de 2002, com a homologação da Lei Federal 10.436 de 24 de abril, que reconheceu a Língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras, o profissional intérprete de língua de sinais passou do anonimato ao reconhecimento profissional, obtendo dessa forma, valorização do seu trabalho. Foi a partir do decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a lei descrita anteriormente, que passaram a ser especificados alguns itens da profissão dos intérpretes de Libras. No capítulo V “Da formação do tradutor intérprete da Libras- língua portuguesa” do referido decreto, encontram-se as especificações para atuação desse profissional.

Há, ainda, em âmbito nacional a Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010 em que, recentemente, foi sancionado e regulamento o exercício da profissão dos tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no Brasil: mais uma conquista para esses profissionais.

Em termos regionais, cada região organiza-se com associações de tradutores intérpretes da Libras. No caso do Rio Grande do Sul temos a AGILS (Associação Gaúcha de Intérpretes de língua brasileira de sinais), a qual teve sua fundação em 2007. Sua missão é contribuir com a formação e prática do profissional tradutor através de ações que sejam pensadas em prol dos tradutores gaúchos. No estado do Rio Grande do Sul existe uma Lei de número 11.405, de 31 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a oficialização da LIBRAS - língua brasileira de sinais e dá outras providências.

A formação dos tradutores no mundo e no Brasil varia muito de nível de escolarização. Pode haver tradutores com nível médio e outros até mesmo com mestrado. Quadros (2004) informa-nos que enquanto a comunidade surda não se constitui como grupo

com identidade sócio-cultural-política o intérprete acaba por não receber seu reconhecimento profissional. Dependendo do grau de participação da comunidade surda na sociedade é que esta estará atenta à formação dos tradutores.

Algum tempo atrás, a comunidade surda fazia uso de tradutores que estivessem disponíveis para fazer este trabalho. Atualmente, a comunidade surda percebe a grande importância do ato de traduzir e passa a prestar atenção em certas qualidades que esse profissional deve ter, entre elas confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional e fidelidade. Esses são alguns preceitos éticos, os quais devem ser observados por esses profissionais e que são descritos no código de ética que deve orientar a prática dos tradutores.

O Código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nessas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, a ética deve estar na essência desse profissional. (QUADROS, 2004, p.31)

Um dos primeiros códigos de ética do qual se teve acesso foi o código elaborado pelo RID em 1965, que foi traduzido pelo tradutor brasileiro Ricardo Sander e aprovado no II Encontro de Intérpretes do Rio de Janeiro de 1992. O código é composto por quatro capítulos que prescrevem os deveres fundamentais dos tradutores. No estado do Rio Grande do Sul a FENEIS, durante muitos anos, regulamentou a atuação dos profissionais tradutores e a partir do ano de 2007 iniciou cursos de capacitação. Também, essa mesma instituição, juntamente com tradutores de Libras, elaborou um documento de regulamentação dos intérpretes da FENEIS que serviu para garantir o processo de tradução seguindo os preceitos de ética e prestação de serviço.

A partir do decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 a formação dos tradutores de Libras passou a ser especificada no capítulo V artigos 17 ao 21.

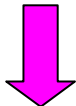
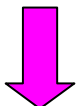
Os exames nacionais de proficiência em Tradução e Interpretação em Libras acontecem anualmente. No Brasil, o chamado Pro-libras, que vem a ser um Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino da Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação da Libras/Português/Libras, nos níveis médio ou superior, além de certificar instrutores aptos ao ensino da Libras também nos níveis médio e

superior. Este exame começou a ser aplicado no ano de 2006, e é organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Todas essas conquistas são resultados da mobilização da própria comunidade surda, que vem lutando por mais reconhecimento e mais qualidade de interpretação. Considerei oportuno escrever sobre o histórico desses profissionais, por acreditar que a pesquisa que desenvolvi também venha a contribuir com um maior reconhecimento dos profissionais tradutores dentro do espaço escolar, pois ainda há muitas dúvidas sobre o papel desses profissionais nas escolas. No caso das escolas pesquisadas, a escola de surdos tem uma tradutora que atua somente em casos especiais, como festas, homenagens, confraternizações, diferentemente da tradutora da escola com classes específicas onde ela fica todo o tempo da aula traduzindo e é nesse espaço onde ocorrem confusões das responsabilidades desses profissionais.

Os eixos da pesquisa

Para atender as questões propostas na pesquisa que desenvolvi em meu mestrado em Educação contei com dois eixos de investigação: um eixo no qual a produção linguística sinalizada dos alunos surdos é analisada em relação às variações linguísticas ali produzidas; e um outro eixo, o qual será descrito neste artigo em que os discursos produzidos pelos tradutores-intérpretes da Libras sobre a temática da “variação linguística” durante as entrevistas são analisados para posterior cruzamento com os resultados do eixo 1. A seguir encontra-se uma tabela ilustrativa com as etapas de coleta e análise de dados da pesquisa.

1º Eixo - Produção linguística Dados: - Contação de histórias por alunos surdos; - Análise dos Tils sobre as contações;  Análise conjunta dos dados deste eixo, a variação conjunta do discurso linguístico	2º Eixo - Experiência dos Tils Dados: - Entrevista com os Tils;  Transcrever e analisar

Descrição do Segundo Eixo. Experiências dos Tradutores-Intérpretes da Libras- Tils

O segundo eixo contou com entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio, com uma tradutora/intérprete que atua em cada uma das escolas. Refiro-me sempre em “tradutoras”, pois os sujeitos analisados nesse eixo eram do gênero feminino. As questões, as quais nortearam a entrevista, foram relacionadas à prática de tradução desses profissionais dentro do ambiente escolar, bem como a questões referentes ao posicionamento destes quando confrontados com novas variantes. Abaixo apresento as questões norteadoras da entrevista.

- 1) Tempo de trabalho na área da tradução da Libras.
- 2) Formação
- 3) Interação com outras(os) Tils
- 4) Interação em Libras com professores surdos
- 5) Como entende a questão da variação?
- 6) Percebe variações no seu ambiente de trabalho. Lembra de algum exemplo de variação que presencia/presenciou em seu ambiente de trabalho?

Análise do segundo eixo- entrevistas com as tradutoras da Libras

As duas tradutoras-intérpretes da Libras que foram entrevistadas possuem formação para a tradução e ambas são mães de surdos, como já explicado anteriormente.

A primeira questão feita para as tradutoras foi em relação ao **tempo de trabalho delas na área da tradução**. Foi possível perceber que ambas trabalham a mais de cinco anos nessa área, sendo que uma delas trabalha já há 11 anos. Ambas possuem curso de capacitação para traduzir na Libras; a tradutora da escola de surdos na época da coleta de dados não possuía curso superior, somente o Magistério, mas nesse momento ela é formada no Curso Letras-Libras na modalidade Bacharelado, o que tornou-se uma grande conquista para a profissional e também para a escola. Foi inegável a diferença de análise entre a tradutora 1 e a tradutora 2, em termos teóricos. A tradutora 1, que foi aluna do Letras/Libras foi capaz de analisar os vídeos utilizando-se de nomenclaturas específicas ao campo da tradução e dos estudos linguísticos da Libras, o que não ocorreu com as análises da tradutora 2, que fez uma análise mais superficial dos vídeos.

A tradutora da escola com classes específicas é pedagoga e além do curso de capacitação para traduzir também participou de um curso de capacitação para trabalhar com alunos surdos².

No item **“interação com outros (as) Tradutoras/Intérpretes da Libras”** foi interessante constatar que ambas tradutoras têm pouca interação em seu ambiente de trabalho com outros tradutores. Na escola de surdos a tradutora trabalha sozinha, ou seja, não existe outro profissional com carga horária disponível para tradução³, o que de certa forma compromete o trabalho de “apoio” com outros tradutores. Nessa escola a demanda por outros profissionais durante as aulas é pequena, se não nula, pois todos os professores são usuários da língua de sinais. O que já não ocorre na escola com classes específicas que apresenta duas tradutoras, uma que acompanha a turma da 5ª e 6ª séries e outra que acompanha a 7ª série, como mencionado anteriormente. Nesse caso, seria interessante que essas tradutoras tivessem apoio, pois nesse contexto os professores não são sinalizadores e, devido a esse fato, o trabalho torna-se cansativo, pois esses profissionais passam um turno inteiro traduzindo, tendo muitas vezes, como intervalo o mesmo tempo dos alunos (tempo do recreio). Isso quando os alunos não solicitam tradução para resolver alguma pendência. Mesmo no caso da escola com classes específicas, onde há duas tradutoras, não há tempo para fazerem trocas⁴.

No item **“interação em Libras com professores surdos”** é perceptível que a tradutora que trabalha na escola de surdos possui mais interação com professores surdos, pois essa escola possui três professores surdos atuando no Ensino Fundamental, além de outros surdos que atuam como voluntários. A tradutora da escola com classes específicas apenas mantém contato com esses professores quando, uma vez na semana, os alunos surdos vão para aula de língua de sinais e a tradutora acompanha a turma.

No penúltimo item **“Como entende a questão da variação?”**, as tradutoras compartilham a ideia de que a variação existe. A tradutora 1 - da escola de surdos - percebe que há variações e, em decorrência disso, muda os níveis de tradução, ou seja, quando ela

² Cursos com carga horária de 400h. A proposta era um curso de formação de professores na área da educação de surdos, cujo projeto original foi do Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES/UFRGS) desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Rio Grande.

³ Existem na escola outros profissionais TIs, mas em outras funções como na docência.

⁴ Acadêmicas do curso de Fisioterapia da Universidade Católica de Pelotas (Beatriz Corrêa Braga e Carolina Trindade) realizaram pesquisas sobre LER- lesões por esforços repetitivos em Tradutores de Libras que mostraram que dos vinte e quatro profissionais que participaram da pesquisa, todos os intérpretes apresentaram algum tipo de lesão, da mais simples a mais complexa. Entre os desconfortos citados a dor é o pior deles, pois estes profissionais permanecem muito tempo na mesma posição, utilizando e fazendo os mesmos movimentos. Com o passar dos anos isso pode piorar e ocasionar lesões gravíssimas.

traduz para crianças ela se utiliza mais de classificadores, entendendo a variação como processo análogo à variação nas línguas orais. Isso fica evidenciado na sua fala:

“Quando eu traduzo de manhã, que eles são de 4ª a 8ª, eu tenho um outro nível de tradução, mas quando eu tenho que fazer uma tradução, uma interpretação para os pequenos da tarde que é da estimulação precoce até a 3ª série, eu tenho que baixar mais o nível, existe essa variação linguística, assim é bem, bem clara para mim, isso.” (Excerto da entrevista com Tradutora 1)

Em relação à variação linguística de algum sinal específico a tradutora 1 comenta que existe muita variação e é preciso ter cuidado na escolha de determinados sinais no momento da tradução.

“Tem que saber ser flexível para fazer essa mudança, tem que saber que os níveis são diferentes pra tu estar trabalhando, então varia muito. Agora a variação de sinal para sinal existe bastante, também é as crianças, os menores agora os bem pequeninhos eles estão aprendendo, eles têm, eles estão copiando muito assim, sabe estão usando mesmo os outros surdos maiores de modelo, assim 5 anos atrás os pequeninhos não faziam os sinais que hoje os nossos bem pequenos de 4 anos, bem pequenos estão fazendo.” (Excerto da entrevista com Tradutora 1)

Nessa parte da entrevista fica bem clara a importância de modelos para as crianças surdas. Nesse caso, os modelos são os professores surdos, que também são exemplos de luta e determinação, além de mostrar a capacidade desses sujeitos de se realizarem profissionalmente. Não significa dizer que todo e qualquer surdo deva ser professor, mas sim mostrar as potencialidades para qualquer área de trabalho. Também percebo que esses modelos ensinam novos sinais para esses novos sinalizadores que vão incorporando esse novo léxico de forma espontânea em seu vocabulário.

Dessa forma, esse *jeito de ser* pode ser ligado à política curricular que, sob uma visão crítica constitui-se como espaço de poder. Silva (2007) nos diz que o conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. Essas relações de poder sempre ficaram bem demarcadas dentro das escolas em que alunos surdos estudavam. As relações de poder eram lineares, pois os ouvintes eram os que tinham o poder de decidir pelos surdos. Atualmente, é bem forte o movimento em defesa do professor surdo nas escolas de surdos, pois, como já mencionado anteriormente, esses sujeitos constituem-se modelos para as futuras gerações.

Referindo-se ainda às relações de poder no contexto do currículo, podemos assinalar outro dado importante sobre a percepção da tradutora em relação à visão dos professores sobre a variação. Em sua opinião, a tradutora 1 percebe que os “professores incomodam-se” com tantas variações, pois parece que não há tempo para aprender tantos novos sinais. Isso fica evidenciado nos excertos a seguir:

“Então, a língua de sinais ta crescendo realmente entre eles, a gente percebe, os professores ouvintes é que acabam, meio se perdendo assim, ‘como é que ele já sabe tanta coisa?’, bem assim [...]”(Excerto da entrevista com Tradutora 1)

“[...] e como a facilidade para eles aprenderem é maior, do que para um professor ouvinte fica, fica sim, eles acabam sabendo mais que os professores.” (Excerto da entrevista com Tradutora 1)

A tradutora 2 também apontou que as variações não são bem aceitas por professores ouvintes, assim como já tinha constatado a tradutora 1.

“[...] e eu percebo também que não é muito bem aceito essa variação deles por alguns professores, né. Os professores, eles têm o habito de dizer o seguinte: ‘já é tão difícil aprender Libras, porquê eles têm que estar variando?’ Geralmente quando eles me dizem isso eu respondo: mas o português também não tem tantas variações, né, é uma língua viva como o português, é que é complicado para as pessoas conseguir entender isso, aceitar.” (Excerto da entrevista com Tradutora 2)

A tradutora 2 - da escola com classes específicas - percebe as variações regionais dos surdos de Pelotas e Rio Grande, que apresentam singularidades específicas a sua comunidade e que ficam evidenciadas nos momentos em que esses surdos de Rio Grande transitam bastante pela cidade de Pelotas, e vice-versa e, dessa forma, trazem novos sinais para a sua comunidade.

“É assim, ó, eu percebo, porque como eu tenho contato com alguns surdos de Pelotas, eu percebo assim, que há algumas diferenças, e que essas diferenças se dão em função dos nossos surdos aqui de Rio Grande que têm pouco contato, digamos assim, que têm mais experiência porque os nossos aqui ficam muito com a família, e eles não têm um surdo para poder fazer essa troca, então eles criam muitos sinais. Às vezes é até um pouco difícil de entender, mas aí a gente vai e pergunta...” (Excerto da entrevista com Tradutora 2)

Na fala da tradutora 2 é possível notar que há ainda uma precariedade na comunicação familiar desses alunos. Essa é uma realidade que não acontece somente na cidade de Rio Grande, mas em muitas outras cidades do nosso Estado, como mostram dados da pesquisa

[Digite texto]

realizada pelo GIPES- Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de surdos, intitulada “*A Educação de Surdos no Rio Grande do Sul*” - 2008-2009/CNPq – (KLEIN, et ali, 2009). Chamam a atenção na referida pesquisa os dados sobre contato tardio com LS, quando do ingresso na escola, uma vez que grande parte dos alunos surdos é oriunda de famílias ouvintes que, pela necessidade, criam códigos alternativos para comunicação. Novamente aqui é importante lembrar que as crianças surdas, filhas de pais surdos, representam apenas 5% a 10% das crianças surdas, o que significa que uma expressiva maioria cresce numa família ouvinte que, geralmente, desconhece a língua de sinais. (QUADROS, 1997)

Ainda referente aos dados do relatório da pesquisa citada acima que informa sobre a situação das escolas com alunos surdos matriculados, na qual foi constatado um quadro preocupante em relação à situação educacional e linguística dos surdos em processos de escolarização, principalmente referente aos dados de escolas no sul do Rio Grande do Sul, destacamos o seguinte excerto:

Ao aproximar-se das escolas, ficou evidenciada a precariedade nas condições do atendimento educacional desses alunos, tanto no que se refere às estruturas curriculares das escolas, quanto na formação dos educadores ali envolvidos, apesar de inúmeros projetos que objetivaram a qualificação da educação de surdos no Estado.

Cruzando-se as respostas dos questionários podemos constatar que as escolas pesquisadas apresentam uma frágil política de aquisição de língua de sinais: uma das escolas informa que há aula de Libras com professor surdo, mas não especifica para quem são as aulas e qual sua periodicidade, conforme já mencionado neste relatório. Segundo as respostas das professoras, no contexto da sala de aula a comunicação entre os surdos e seus colegas (surdos e/ou ouvintes) se dá através da língua de sinais em mais da metade das situações. O que chama atenção ainda é a diversidade de outras formas de comunicação assinaladas como: gestos/mímica, escrita, sinais com fala, entre outros. Ou seja, existe uma tentativa de manter a comunicação, mas, em um contexto linguístico que não possibilita efetivamente o desenvolvimento dos surdos em sua 1ª língua – a língua de sinais. (KLEIN et ali, 2009)

A questão das línguas envolvidas na educação de surdos constitui-se um espaço de discussões e embates. Mesmo que exista a Lei de Libras que a reconheça como língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras; que exista uma política que entenda a singularidade linguística e cultural dos surdos; que haja uma percepção que a proposta bilíngue contemple essa singularidade e possibilite o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua; mesmo assim, é perceptível

que, de fato, dentro das escolas com alunos surdos existe ainda um preconceito com o *status* da língua de sinais.

Os professores reconhecem a Libras como língua da comunidade surda, percebem que as línguas em geral mudam, variam e adaptam-se, mas isso quando falam da língua portuguesa, a língua da maioria, ou de outras línguas orais. No entanto, sempre existe um tensionamento por um espaço de reconhecimento da língua de sinais no espaço do currículo. Isso é refletido na escolha de qual língua utilizar nos corredores, na sala de aula, na escola em geral; a língua que domina nestes espaços continua sendo a língua portuguesa.

Dando continuidade às discussões referentes à variação linguística, tive a iniciativa de fazer uma pergunta para a tradutora 2 que não havia planejado anteriormente:

“Entrevistadora: *Sim, e quando eles criam esses sinais, assim, o grupinho deles aceita bem, ou é um que cria lá e ninguém entende?*

Entrevistada: *Não, entre eles, eles se entendem muito bem, o grupo é sempre muito... os sinais são sempre bem aceitos no grupo.”* (Excerto da entrevista com Tradutora 2)

Essa informação comprova a teoria da variação linguística, pois um sinal é criado em decorrência de uma necessidade da própria comunidade e os membros dessa comunidade aceitam esse novo sinal e passam a utilizá-lo em suas conversas cotidianas. No campo da educação, o reconhecimento da variação linguística e sua estreita correlação com a heterogeneidade social vêm mudando de modo radical às concepções de língua e de ensino de língua nas diretrizes oficiais e na prática pedagógica em sala de aula (BAGNO, 2009).

Lucas (2001, p.1) afirma que as variações linguísticas não acontecem por acaso, mas preferencialmente pelas escolhas que os usuários da língua fazem ao serem influenciados por diversos fatores, como os linguísticos e os sociais.

Na última pergunta feita para as tradutoras: **“Percebe variações no seu ambiente de trabalho. Lembras de algum exemplo de variação que presencia/presenciou em seu ambiente de trabalho?”** foi possível obter vários exemplos de variações na Língua de Sinais Brasileira. A tradutora 1- da escola de surdos- percebe que quando os alunos viajam para outras regiões trazem os sinais característicos dessas regiões, sendo que, segundo ela os sinais que mais variam são os sinais como ÔNIBUS, ORKUT e MSN, por exemplo

“Ta, principalmente quando eles viajam, eles saem de Pelotas, e quando eles retornam, eles, eles vêm com sinais de outras regiões, até de Porto Alegre, Santa Rosa a gente percebe diferenças. Santa Maria também, mas quando eles saem do Estado, eles vêm com sinais bem mais diferentes, bem regionais mesmo, chegam trazendo, e aí eles acabam fazendo parte do vocabulário entre eles aí, e a gente vai se apropriando também; tu tem que acabar sabendo porque se não tu vai acabar saindo da conversa deles ,né. E eles vêm com o sinal de ÔNIBUS, ORKUT, ORKUT tem vários sinais, MSN é outro sinal que tem muito; PESSOA, né” (Excerto da entrevista com Tradutora 1)

A tradutora 1 comenta sobre a incorporação de vocabulário e da apropriação de novos sinais, itens muito importantes para a temática da variação. Ela, como tradutora, entende que é necessário não somente a incorporação desse novo vocabulário, mas a utilização destes, ou não, dependendo do contexto.

Quando eu atuei como Tils (Tradutora/Intérprete da Libras), situações constrangedoras fizeram-se presentes em minha vida profissional. Nos momentos em que utilizei variantes locais na interpretação fui corrigida, por diversas vezes, por surdos professores de Libras. Como escolha, naquele momento, desconsiderava o “sinal errado⁵” e substituía-o.

Ao final da interpretação, tentava buscar entre esses professores uma explicação do motivo pelo qual eu não poderia utilizar-me dos sinais locais, porém a resposta sempre era a mesma: “este sinal não é oficial!” E isso reforçava minha dúvida: mas quem oficializa os sinais locais? Não seria a própria comunidade surda local? Ou eu precisaria de um estudo formalizado no qual deveria encontrar os sinais oficiais em dicionários? Nesse sentido, retomo a ideia do preconceito linguístico relacionado à homogeneidade linguística. Não é o suficiente sabermos que existem regionalismos e fazermos de conta que os aceitamos.

Os professores de Libras têm um papel fundamental neste sentido. Qual a relevância em dizer que existem sinais diferentes nas regiões brasileiras e não considerar aqueles utilizados em sua própria comunidade linguística? Ou mais, dizer que são erros, enganos ou invenções sem sentido? Foram momentos como este que acabo de narrar que me impulsionaram a estudar o preconceito linguístico na Libras. Acredito que o curso superior de Licenciatura em Letra/Libras⁶, o qual teve sua primeira turma de formandos no ano de 2011,

⁵ Refiro-me a “sinal errado” o sinal que não é considerado por uma determinada comunidade, sendo que coloco a expressão entre aspas por considerá-la preconceituosa.

⁶ “O curso Letras/Libras forma profissionais licenciados que atuarão no ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para alunos surdos e ouvintes. O curso surgiu em 2006, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e tem nove pólos no Brasil. Atualmente o curso tem 15 pólos que abriram em 2008, abrangendo licenciatura e bacharelado (forma profissionais intérpretes de LIBRAS). O curso é semipresencial, com aula

venha contribuir de maneira substancial nas discussões referentes à linguística da Libras e temas como este também sejam debatidos.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim! Em defesa do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.

BRASIL, LEI FEDERAL 10.436 de 24 de Abril de 2002. Disponível em www.leidelibras.gov.br. Acessado em 10/02/2010.

KLEIN, Madalena et al. .A Educação dos surdos no Rio Grande do Sul: Região Sul. In: LOPES et al, A Educação de surdos no Rio Grande do Sul: Relatório de pesquisa para CNPq. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

LUCAS, Ceil; BAYLEY, Robert; VALLI, Clayton. *Sociolinguistic Variation in American Sign Language*. Washington: Gallaudet University Press, 2001.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília. SEESP-MEC, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

presenciou uma vez por mês, nos sábados e domingos. Este curso não é uma simples transferência para ensino à distância de um curso que existia antes. Trata-se de um curso inédito para Comunidade Surda, em que vários surdos estudam para ser profissionais de LIBRAS em nível superior. Anteriormente, só aconteciam cursos de instrutores de Libras, que duram entre 120h e 180h, e tinham como objetivo o ensino de LIBRAS para ouvintes, não para surdos. Além disso, o curso Letras/Libras, por ser um curso universitário, tem disciplinas semelhantes a outros cursos de Letras, como da área de Linguística e Literatura.”(SILVEIRA; KARNOPP, 2005).